

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Energia sustentável	2
Título: Eletrobras gastará R\$ 1,86 bi com dispensas.....	3
Título: Devolução de R\$ 1,8 bi cobrado a mais vai reduzir conta de luz.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Consumidor pagou energia inexistente de Angra 3 em 2016	5
Título: Crescem furtos de combustíveis em dutos da Petrobras	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	7
Título: A fúria arrecadatária dos Estados.....	7
Título: Consumidor pagou R\$ 1,8 bi a mais por erro na conta de luz.....	9
Título: Vale contrata headhunter para buscar presidente.....	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Claudio J. D. Sales****Título: Energia sustentável**

O Brasil passa por uma recessão de dois anos consecutivos, com mais de 12 milhões de desempregados. Neste cenário, há que se zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro das 62 distribuidoras de eletricidade nacionais, que empregam mais de 200 mil trabalhadores e recolhem aos cofres públicos mais de R\$ 60 bilhões anualmente.

A distribuição de energia elétrica é uma atividade regulada, cujas tarifas são revistas pela Aneel em ciclos de quatro anos, de forma desafiadora para as empresas, que devem transferir para os consumidores parte dos ganhos de produtividade impostos pela agência reguladora.

Nos quatro ciclos de revisão tarifária ocorridos, a parcela da conta de luz destinada à cobertura de custos, reposição de ativos e remuneração de capital das distribuidoras caiu de 35% para 14% da tarifa média. Ao mesmo tempo, a qualidade do serviço melhorou: a frequência de interrupção do fornecimento de energia caiu pela metade nos últimos 15 anos.

Essa trajetória, porém, não ocorreu livre de ameaças ao equilíbrio das empresas (um direito previsto nos contratos de concessão e na Constituição), sendo que algumas delas foram até agravadas. Destacam-se as ameaças da sobrecontratação de energia (distribuidoras com mais energia contratada nos leilões do que seus mercados podem absorver), da insuficiência de reconhecimento na tarifa de investimentos para modernização das redes, e a enorme pressão financeira decorrente de adiantamentos feitos para cobrir encargos setoriais, contratação de energia e transmissão, cujo ressarcimento só ocorre a partir do reajuste do ano seguinte.

A esses problemas soma-se o furto de energia, que teve impacto de R\$ 8 bilhões em 2015. Para empresas com concessão em áreas de alta complexidade socioeconômica, o desafio é ainda maior. Este é o caso da Light, que teve sua revisão tarifária antecipada, de 2018 para março de 2017, por meio da assinatura de novo contrato de concessão com exigências crescentes de qualidade, mas permitindo restabelecer seu equilíbrio econômico, abalado por fatores não gerenciáveis pela distribuidora (como a elevação da complexidade em sua concessão e a redução da parcela da tarifa a ela destinada).

A tarifa da Light teve redução de 12,25% em novembro de 2016 no seu “reajuste ordinário”. A “revisão tarifária” prevista para março deste ano deverá ficar abaixo desse nível, fazendo com que a tarifa a ser paga pelos consumidores em 2017 continue abaixo da paga em 2016. A antecipação da revisão tarifária é crucial para evitar o desequilíbrio insustentável de uma empresa que contrata mais de dez mil trabalhadores e que é um dos maiores contribuintes de impostos do combalido Estado do Rio de Janeiro.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Eletrobras gastará R\$ 1,86 bi com dispensas

Plano de incentivo à aposentadoria prevê indenizações de pelo menos R\$ 175 mil.

A Eletrobras prevê gastar R\$ 1,862 bilhão no seu Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), que vai promover desligamentos de até 4.607 funcionários de todas as empresas do grupo entre maio e novembro. O plano está em linha com o de outras estatais que procuram enxugar seus quadros e reduzir custos permanentes, como o Banco do Brasil. Segundo documento da Eletrobras ao qual O GLOBO teve acesso, serão pagas indenizações de pelo menos R\$ 175 mil aos empregados que se aposentarem. O valor das indenizações será de 40% do saldo do FGTS, aviso prévio e 50% sobre o somatório desses dois valores, sem teto. Além disso, eles terão plano de saúde por mais 60 meses.

Podem entrar no plano os já aposentados pelo INSS com pelo menos dez anos no grupo, quem já poderia ter se aposentado pela previdência social e os empregados anistiados pela Lei 8.878/94. O programa atinge funcionários da holding e de todas as suas subsidiárias, inclusive aqueles lotados em Sociedades de Propósito Específico (SPE). Dos funcionários elegíveis para o PAE da Eletrobras, mais de 50% têm salário superior a R\$ 10 mil. E dez pessoas ganham mais de R\$ 70 mil. Dos que podem entrar no programa, 407 têm cargo gerencial. O governo quer usar o PAE também como uma porta de saída para executivos da empresa que tiveram atividades irregulares levantadas por uma auditoria interna promovida desde o ano passado, após citações de empreendimentos da estatal na Operação Lava-Jato.

CUSTOS PAGOS EM DOIS ANOS

O PAE também procura adequar a Eletrobras a um cenário de redução de atividades do grupo, marcado, por exemplo, pelo processo de venda de

distribuidoras. Com todos os programas de desligamento previstos, a estatal chegou a prever, no fim do ano passado, redução do seu quadro de funcionários em 30%. Apesar do gasto de R\$ 1,862 bilhão com as indenizações, a Eletrobras estima que a redução anual de gastos vai cobrir esses custos em dois anos. De acordo com o relatório anual de 2015 da Eletrobras, o último disponível, as empresas do grupo tinham 23 mil trabalhadores próprios.

A Eletrobras deve aprovar e divulgar o plano de aposentadoria neste mês, aceitar adesões ao longo de abril e promover efetivamente os desligamentos de maio a novembro deste ano. O período até que se efetivem os afastamentos servirá também para que se implemente um programa de preparação de aposentadoria para quem aderir, com palestras sobre educação financeira, previdência e plano de saúde. Procurada, a Eletrobras não se manifestou. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Devolução de R\$ 1,8 bi cobrado a mais vai reduzir conta de luz

Erro fez contas de luz custarem R\$ 1,8 bi a mais desde 2016.

Aneel diz que fará compensação na conta de brasileiros a partir do reajuste de distribuidoras.

Cobrança das bandeiras tarifárias incidem sobre conta de luz de acordo com custo de geração de energia .

Os consumidores de energia elétrica de todo o país pagaram indevidamente R\$ 1,8 bilhão nas contas desde o ano passado. O erro ocorreu porque foi incluído indevidamente nas tarifas de energia o custo de geração de Angra 3, que ainda não está pronta. A usina nuclear deveria ter entrado em operação no ano passado, mas, mesmo com isso não tendo ocorrido, a cobrança de Angra 3 foi feita nos reajustes aplicados em 2016 e impactou em mais 1,2% as contas de luz desde o ano passado.

Usina Termoelétrica Presidente Médici, em Candiota, Rio Grande do Sul Conta de luz deve ficar mais cara por necessidade de uso de térmicas

Usina Termelétrica Celso Furtado, da Petrobras, em São Francisco do Conde (BA) Governo discute nesta quarta-feira sobre uso de usinas térmicas na seca

Linhas de transmissão em Foz do Iguaçu Nova regra para evitar falta de energia elevará tarifa

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), neste ano, será feita a compensação na conta de todos os brasileiros, a partir do momento do reajuste de cada distribuidora. O valor será devolvido às contas corrigido pela taxa Selic, levando a um efeito inverso ao de 2016, ou seja, de redução das contas de luz.

A cobrança nas contas foi feita nas contas mesmo com o questionamento à Aneel feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que passou a gerenciar o Encargo de Energia de Reserva (EER) no ano passado – a cobrança indevida foi feita por meio desse encargo.

Pelo apontamento da CCEE, Angra 3 não chegou a receber recursos, embora eles tenham sido cobrados dos consumidores. Um consumidor do Estado de Goiás procurou a Justiça por conta da cobrança indevida, por isso o erro foi encontrado em 2016 e será revertido este ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Consumidor pagou energia inexistente de Angra 3 em 2016

Os brasileiros pagaram em 2016 por uma energia não entregue pela usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas e sem data para serem concluídas, informou a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta sexta-feira (10).

A agência argumentou, no entanto, que "os consumidores não sofrerão nenhum prejuízo", uma vez que o valor pago será ressarcido por meio de descontos nos reajustes tarifários deste ano, reajustados pela taxa de juros básica do país, a Selic.

As afirmações da Aneel vieram após reportagem da TV Globo nesta sexta afirmar que cobranças referentes à energia de Angra 3 somaram R\$ 1,8 bilhão nas contas de luz em 2016.

Contratada para aumentar a segurança do sistema elétrico, a usina nuclear de Angra 3 será remunerada por um encargo cobrado nas tarifas para custear a "energia de reserva".

A previsão original era que Angra 3 iniciasse as operações no fim de 2015, mas já havia tempos que existiam sinais de que o cronograma não seria cumprido, em meio a problemas financeiros da Eletrobras, responsável pela usina, e investigações de corrupção no empreendimento.

A Aneel disse que havia autorizado em 2015 que os encargos referentes a Angra 3 não fossem recolhidos, mas admitiu que ainda assim houve cobrança.

"O valor estimado foi repassado aos processos tarifários das distribuidoras em 2016... Para 2017, a previsão do ERR (encargo) referente a Angra 3 foi retirada dos processos tarifários", apontou a agência.

A Aneel não informou imediatamente para quem foram direcionados os recursos arrecadados para custear a energia de Angra 3 em 2016.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Crescem furtos de combustíveis em dutos da Petrobras

Furtos de petróleo de combustíveis em dutos da Petrobras dispararam em 2016 em todo o país, o que provocou uma mobilização da empresa e de autoridades para desmobilizar quadrilhas especializadas. No Rio, esses grupos protagonizam uma guerra sangrenta pelo controle da atividade.

No ano passado, foram 73 ocorrências, uma média de mais de quatro por mês, contra apenas 14 em 2015 e apenas uma em 2014. Além do prejuízo financeiro, o furto em tubulações gera riscos de vazamentos e explosões.

Segundo o titular da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, Giniton Lages, as quadrilhas do Rio agem em parceria com refinarias clandestinas localizadas em São Paulo, que transformam o petróleo roubado em combustíveis.

Uma delas foi descoberta pela polícia de São Paulo em dezembro, na cidade de Boituva. Na operação, 11 pessoas foram detidas e depois liberadas por falta de flagrante.

O delegado comanda as investigações sobre mortes relacionadas à briga pelo controle da atividade. Em 2016, foram pelo menos três casos, todos envolvendo candidatos a vereador em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde está uma das maiores refinarias da Petrobras.

Segundo as investigações, Leandro da Silva Lopes, 38, Sérgio da Conceição de Almeida, e Denivaldo Meireles da Silva foram mortos por envolvimento com milícias que descobriram no furto de combustíveis uma maneira de obter lucros fáceis.

BICAS

O crime é realizado, geralmente, em propriedades próximas às faixas de dutos da estatal e, de acordo com o delegado, conta com o apoio de técnicos especializados para abrir "bicas" –espécie de torneiras– nas tubulações.

Para não despertar suspeitas, as operações costumam ser realizadas durante a noite: caminhões-tanque entram nas propriedades e são abastecidos com os combustíveis furtados por meio de mangueiras, deixando o local antes do início do dia.

A equipe do delegado Lages estourou em 2016 cinco "bicas" em Duque de Caxias. Considerando o abastecimento de três caminhões por noite, ele estima que cada uma poderia render um lucro anual de ao menos R\$ 30 milhões.

Para as autoridades, o crescimento deste tipo de crime está ligado à crise econômica e a demissões na estatal, que jogaram no mercado profissionais capazes de abrir "bicas" nas tubulações.

De acordo com informações da estatal, a grande maioria dos casos ocorreu no Rio e em São Paulo, Estados que concentram parte significativa dos cerca de 6.000 km de dutos que transportam petróleo e combustíveis no país.

A empresa criou no fim do mês passado uma linha direta de denúncias sobre este tipo de crime e quer incentivar a população a entrar em contato quando perceber movimentações atípicas perto das tubulações, seja com caminhões, seja com pessoal sem uniformes. Segundo a Petrobras, o objetivo é "evitar ações de pessoas não autorizadas em suas instalações, o que traz risco de incêndio e até mesmo explosão".

Em outubro, 53 moradores da Vila Jacuí, na zona leste de São Paulo, tiveram que ser removidos de suas casas após um vazamento de nafta provocado pela tentativa de abrir uma bica em duto que passava pela região. "É fundamental que os moradores vizinhos às instalações contribuam com a empresa, seja no envio de críticas, sugestões ou comunicando qualquer movimentação suspeita na faixa de dutos ou em terrenos próximos", diz a estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriano Pires

Título: A fúria arrecadatória dos Estados

A crise econômica pela qual o Brasil vem passando deteriorou não só as contas do governo federal, mas principalmente a dos Estados e municípios, que, na sua grande maioria, vêm buscando reequilibrar suas finanças privilegiando o

aumento das receitas, ao invés do corte de gastos. Isso depois de terem promovido uma lambança fiscal e corrupção sem precedentes.

No caso dos Estados, o ICMS tem se constituído no principal instrumento para o crescimento da receita. O governo do Rio de Janeiro até inventou de cobrar ICMS do petróleo. O imposto é, hoje, o principal tributo estadual, e é por meio da elevação da alíquota do ICMS que os governantes estaduais, à custa do contribuinte e do consumidor, tentam melhorar sua situação fiscal.

A arrecadação de ICMS somente com combustíveis representa uma das principais receitas individuais dentre todo o ICMS recebido pelos Estados. Na maioria dos Estados, as alíquotas de ICMS que incidem sobre a gasolina e o diesel aumentaram nos últimos 24 meses. Para a gasolina, 16 das 27 unidades da Federação praticaram aumento, e o primeiro lugar ficou com o Rio Grande do Sul, que elevou sua alíquota em 5%.

Já para o diesel houve aumento em 12 Estados, e o Amapá foi o recordista, com aumento de 8% na alíquota. Já foi anunciada para 2017 elevação nas alíquotas para a gasolina no Rio de Janeiro e no Maranhão. No Rio, o ICMS que incidirá sobre a gasolina vai para 34% e no Maranhão, para 28%.

Se considerarmos o impacto em conjunto com o aumento da pauta fiscal, o preço pauta calculado e usado pelos Estados como referência para incidir as alíquotas do ICMS, o valor unitário do ICMS médio da gasolina no Brasil teve incremento de 9% entre 2015 e 2016. Esse valor está bem acima da inflação oficial registrada no mesmo período, que foi de 6,29%.

Ao aumentar o ICMS, os Estados estão indo na direção contrária à do governo federal, que tem feito grande esforço de evitar crescer a sua arrecadação por meio de qualquer tipo de imposto, privilegiando reformas e o corte de gastos, de modo a não penalizar a sociedade e combater a inflação. Nos últimos dois anos houve crescimento de alíquota de ICMS para a gasolina e o diesel em 19 unidades da Federação.

Isso tem provocado efeitos diretos nos preços dos combustíveis ao consumidor e em toda a economia, uma vez que o principal modal de transporte de passageiros e de carga no País é o rodoviário movido a diesel. Além disso, esse aumento exagerado do ICMS, contrariamente ao que pensam as autoridades dos Estados, acaba impactando negativamente os cofres públicos, pois incentiva muito a sonegação fiscal e o surgimento de uma quantidade expressiva de agentes irregulares.

Também reduz a margem das distribuidoras, criando dificuldades para que ocorra o repasse dos reajustes dos combustíveis na refinaria para os consumidores

finais. Muitas vezes, as distribuidoras têm sido acusadas de fazerem o papel de vilãs ao não repassar para o consumidor a queda do preço da gasolina e do diesel anunciada pela Petrobrás nas refinarias.

Na realidade, grande parcela da culpa é dos Estados, e isso, por incrível que possa parecer, tem passado meio despercebido. O governo federal tem usado o argumento do controle da inflação para não implantar uma política moderna de transformar a Cide incidente na gasolina num imposto ambiental, dando competitividade ao etanol hidratado e, assim, atendendo às metas da COP-21 de Paris.

Enquanto isso, a maior parte dos governos estaduais continua com a velha política de só olhar o aumento das receitas para resolver as suas incompetências e farras fiscais. A preocupação com a inflação não chegou aos Estados. É bom alertar o governo federal.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRA ESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Consumidor pagou R\$ 1,8 bi a mais por erro na conta de luz

Tarifas incluíram, no ano passado, pagamento indevido pela energia da usina nuclear de Angra 3, que não está pronta.

Um erro cometido nos cálculos da conta de luz resultou na cobrança de R\$ 1,8 bilhão a mais aos consumidores no ano passado. As tarifas incluíram, de forma indevida, o pagamento pela energia da usina nuclear de Angra 3, que não está pronta e cujas obras estão paralisadas devido a denúncias de corrupção.

A falha foi percebida após uma ação popular de autoria do presidente do Conselho de Administração do Instituto de Defesa da Cidadania de Formosa (GO), Geraldo Lobo. Ainda não houve decisão judicial, mas, independentemente disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu retirar a cobrança das contas de luz neste ano.

A medida vai contribuir com um impacto de queda de 1,2 ponto porcentual nas tarifas. “O valor estimado foi repassado às tarifas das distribuidoras em 2016, mas os consumidores não sofrerão nenhum prejuízo, pois serão ressarcidos em 2017 com a devida remuneração (Selic) a cada reajuste ou revisão”, diz nota oficial da Aneel.

O caso é resultado de uma trapalhada da Aneel e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A segunda é responsável por fazer estimativa da receita recolhida por determinado encargo, o EER. Já a agência é responsável por aprovar o orçamento. É por meio do EER, cobrado na conta de luz, que Angra 3 seria remunerada quando entrasse em operação.

Mas Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não conta com a usina até 2021. Por isso, a Aneel decidiu autorizar a CCEE a não pagar Angra 3. Ainda assim, a cobrança foi feita e repassada a consumidores de todo o País, na data de reajuste tarifário de cada distribuidora. O dinheiro ficou no caixa das distribuidoras de energia e não foi repassado nem à CCEE, nem a Angra 3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luana Pavani, Célia Froufe e Mariana Durão

Título: Vale contrata headhunter para buscar presidente

A empresa de seleção de executivos Spencer Stuart ajudará a mineradora na substituição de Murilo Ferreira

Vale confirma que Murilo Ferreira não renovará contrato

A Vale anuncia a contratação da empresa de seleção de executivos (head hunter) Spencer Stuart para auxiliar na escolha de seu novo presidente. O contrato de Murilo Ferreira não foi renovado, como havia sido divulgado anteriormente.

A Spencer Stuart apresentará uma lista com nomes de potenciais candidatos para o cargo ao conselho de administração da Vale até o fim de maio, conforme nota da assessoria de imprensa.

Ferreira deixará o cargo em 26 de maio. Há preocupações no mercado em relação à influência do governo na mineradora brasileira, tema inclusive de reportagens no exterior. Segundo o jornal britânico Financial Times, há temores de que Murilo Ferreira seja substituído por uma indicação política.

Em encontro com a imprensa no dia 24 de fevereiro, o executivo disse que "não tem a mosca azul do poder". E declarou: "Posso garantir que nunca fiz incursões no meio político para preservar meu mandato". Segundo fontes, ele preferiu deixar a companhia antes de um desgaste maior.

MME / ASCOM .